



# Fêmea

CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria

ANO V Nº 39

BRASÍLIA - DF

ABRIL/96

## PEC 25 é derrotada por 351 votos contra 33

*Por 351 votos contra 33 e 16 abstenções o Plenário da Câmara dos Deputados rejeitou a PEC 25, contra o aborto. A matéria foi incluída na ordem do dia da Câmara em 23 de abril, exatamente uma semana depois de ter sofrido uma derrota fragorosa na Comissão Especial.*

*Uma semana antes, já era possível prenunciar a vitória obtida na Câmara. Por nove votos contra dois e uma abstenção, a Comissão Especial da PEC 25/95 rejeitou a proposta de emenda constitucional que proibiria a realização do aborto em qualquer hipótese, inclusive nos dois casos permitidos pelo Código Penal: risco de vida da gestante e gravidez resultante de estupro.*



mujer/fempress nº 168/169

### Seminário

A Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público e a Comissão de Finanças e Tributação, ambas da Câmara dos Deputados promovem, no dia 13 de junho, o Seminário *A Mulher no Mundo do Trabalho - Em Busca da Igualdade*, que tratará de políticas de ações afirmativas ao nível do mercado de trabalho. O Seminário reunirá parlamentares, organizações dos movimentos de mulheres, entidades sindicais e centrais de trabalhadores, além de empresários.

### Código Penal

Espera-se que, no mês de maio, o Deputado Ibrahim Abi Ackel (PPB-MG), relator da Sub-comissão de Reformulação do Código Penal apresente seus pareceres com relação aos 17 projetos de lei que dizem respeito aos direitos da mulher no Código. Depois de ser aprovado pela Subcomissão, os projetos seguem para a análise da Comissão de Justiça.

### Articulação realiza Encontro Nacional

O Comitê Nacional da Articulação de Mulheres Brasileiras reuniu-se, em Brasília, e definiu novos papéis, tarefas e estrutura para a Articulação dar seqüência ao seu trabalho, agora implementando Beijing'95 e indo além dos limites estabelecidos pela Plataforma de Ação. Doze fóruns estaduais (AL, BA, CE, DF, ES, GO, MT, MS, PA, PE, RJ e SP) participaram do Encontro. A nova Executiva Nacional é descentralizada: responsabilidades e poder compartilhados.

**3** CRECHE

**6** KISSLING EM  
BRASÍLIA

**9** ARTICULAÇÃO

### E os vetos?

Quando o Congresso votará os vetos do Presidente FHC ao projeto de lei que regulamenta o planejamento familiar? Eis aí uma pergunta que parece fácil, mas a prática demonstrou que é difícil acertar. Depois de sucessivos adiamentos, a expectativa é que a matéria retorne a pauta no final de maio.

### União Estável

A União Estável, em poucos dias, deverá estar regulamentada. O projeto de lei que trata da questão (PL 1888/91) já foi aprovado pelo Congresso Nacional e, no último dia 19 de abril, foi remetido ao Presidente FHC para a sanção, que tem até o dia 10 de maio para fazê-lo.

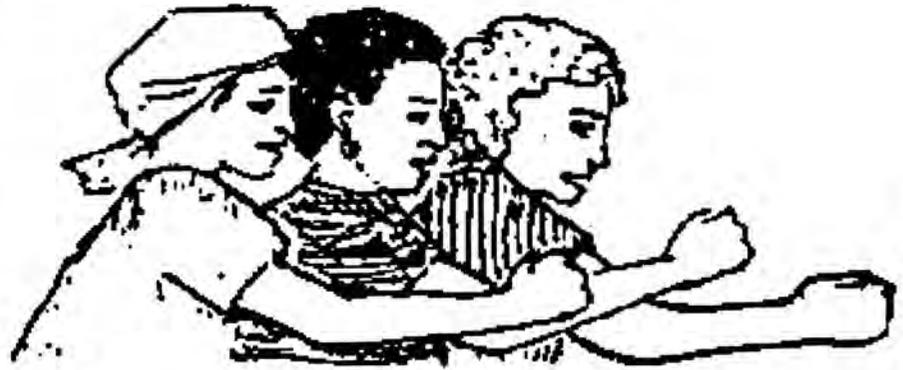
## Editorial

As principais matérias desta edição tratam da derrubada da PEC 25/95 e da reunião do Comitê Nacional da Articulação de Mulheres Brasileiras para Beijing'95. Nos dois casos, o esforço do movimento para aglutinar forças e potencializar sua expressão política ao nível nacional está presente.

Lutando para superar o retrocesso que representaria a aprovação da PEC contra o aborto, organizações de mulheres de todo o país, coordenadas pela Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, abriram espaço ao nível da opinião pública e, conseqüentemente, no próprio Congresso Nacional para que o aborto fosse discutido a partir de uma perspectiva de saúde pública, inviabilizando que este enorme retrocesso se efetivasse. Cada passo da tramitação desta proposta de emenda constitucional foi atentamente acompanhado: a *Campanha Nacional Pela Vida das Mulheres - Nenhum Direito a Menos* se fez presente e marcou posição durante todo o debate da matéria. As derrotas fragorosas da PEC na Comissão Especial e no Plenário da Câmara falam por si mesmas sobre a importância deste trabalho sistemático, que durou 6 meses.

Mas mais do que reagir e evitar retrocessos, o movimento de mulheres quer avançar e, há muito, está se articulando politicamente para atingir este objetivo. A reunião do Comitê Nacional da Articulação de Mulheres Brasileiras deu um outro passo neste sentido ao definir um plano de trabalho para 1996, com vistas à implementação do Plano de Ação de Beijing'95, e criar uma estrutura descentralizada para ampliar e fortalecer o movimento em nível nacional. Estamos diante de um novo desafio, tão grande quanto aquele que enfrentamos e superamos há dois anos atrás ao decidirmos criar a Articulação rumo à Beijing. Agora, mais confiantes, sabemos que a superação desta nova etapa, necessariamente, precisa de determinação e vontade política, além de muita criatividade por parte de todas as organizações de mulheres, o que, aliás, parece ser a nossa marca registrada.

## União Estável aguarda sanção de FHC



mulher/fempres nº 105

A União Estável, em poucos dias, deverá estar regulamentada. O projeto de lei que trata da questão (PL 1888/91) já foi aprovado pelo Congresso Nacional e, no último dia 19 de abril, foi remetido ao Presidente FHC para a sanção, que tem até o dia 10 de maio para sancionar o projeto.

Entre os principais avanços que constam deste projeto de lei estão a não fixação de um prazo para uma união de fato ser considerada estável; as possibilidades de um casal firmar um contrato; que as discussões sobre esta união estável

se dêem em um foro de família, em segredo de justiça, porque até agora, por não se tratar de união formal, estes casos são tratados em qualquer foro, até o criminal e com as portas abertas, como se fosse uma audiência pública; a pensão a título de alimentos para algum dos conviventes; a conversão em casamento, a pedido das partes; e o direito a domicílio em caso de viuvez.

A próxima edição do FÊMEA trará mais informações sobre este assunto, inclusive a íntegra da lei a ser sancionada pelo Presidente da República.

## Ligadas na Alternex

A comunicação pela Alternex é rápida e barata. O endereço do nosso correio eletrônico, para quem desejar entrar em contato, é o seguinte:

**cfemea@ax.ibase.org.br**

**CFEEMA - CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ACESSORIA**  
SCN, Ed. Venâncio 3000, Bl. "A" sala 602 - 70718-900  
Brasília, DF - Telefone: (061) 225-1664 Fax: (061) 225-2336  
E-mail: cfemea@ax.ibase.org.br  
**Programa DIREITOS DA MULHER NA LEI E NA VIDA**  
Equipe responsável: Gilda Cabral, Guacira César de Oliveira,  
Íris Ramalho Cortês, Malô Ligocki e Marlene Libardoni.  
Conselho Consultivo: Parlamentares: Deputada Jandira Feghali,  
Marily Guimaraes, Rita Camata, Sandra Starling, Socorro  
Gomes e Zulaiê Cobra. Deputados José Genofino e Nelson  
Jobim. Senadoras: Benedita da Silva e Marluce Pinto.  
**Feministas:** Dóris Louise de Castro Neves, Flórisa Verucci,  
Gilse Conzenza, Heleieth Saffioti, Lídice da Mata, Luci Choinacki,  
Marah Régia, Maria Benenice Godinho Delgado, Maria  
Bethânia de Melo Ávila, Maria Luiza Fontenele, Maria Tereza

Augusti, Rosiska Darcy de Oliveira, Sílvia Pimentel e Sueli  
Carneiro.  
**Comitê de Especialistas:** Ana Maria Costa, Dóris Louise de  
Castro Neves, Eleonora Menecucci de Oliveira, Elizabeth  
Garcez, Flórisa Verucci, Isabel Grein, Leilah Borges da Costa,  
Márcia Camargo, Maria do Carmo Menezes, Maria do Socorro  
Jó Moraes, Paola Capelin Giuliane, Sarah Sorrentino, Sílvia  
Pimentel, Sônia Corrêa e Sueli Carneiro.  
**Conselho Editorial:** Guacira Oliveira, Gilda Cabral e Marlene  
Libardoni  
**Fotos:** Arquivo CFEEMA  
**Composição e Arte Final:** Adriano Fernandez Cavalcante  
**Impressão:** Athalaia Gráfica e Papelaria Ltda. - Brasília - DF  
**Apoio:** Fundação Ford, Fundação MacArthur, NOVIB,  
UNIFEM e FNUAP.

## Subcomissão analisará em maio direitos da mulher na reforma do Código Penal

A partir do mês de maio o Deputado Ibrahim Abi-Ackel (PPB-MG), relator da Subcomissão do Código Penal, deverá começar a apresentar seus pareceres com relação aos 17 projetos de lei relativos aos direitos das mulheres na área penal, os únicos sobre os quais o relator ainda não havia se pronunciado.

O Deputado Ibrahim Abi-Ackel, atendendo à solicitação da Bancada Feminina, decidiu analisar em bloco estas proposições. Também a pedido das parlamentares, foi realizada uma reunião das deputadas com o relator, onde foram apresentadas algumas das demandas do movimento de mulheres para a Reforma do Código Penal. Representantes do CFEMEA e a jurista feminista Sílvia Pimentel estiveram presentes ao encontro. O resultado, entretanto, foi bastante desfavorável. Abi-Ackel manteve-se inflexível com relação às várias propostas apresentadas, em especial no

que se refere às propostas para considerar os crimes sexuais como crimes contra a pessoa (e não contra os costumes como é hoje), ampliar o conceito de estupro (para incluir às



relações orais e anais), e de criminalização da violência doméstica e familiar. Sobre esta última questão, a Dra. Sílvia Pimentel trouxe novos subsídios, formulados a partir de debates com advogadas feministas de São Paulo, atuantes na área de combate à violência contra a mulher.

Avalia-se que os pareceres do relator da Subcomissão de Reforma do Código Penal sobre os 17 projetos que afetam os direitos das mulheres, muito provavelmente, refletirão apenas a sua própria posição com relação ao assédio sexual, crimes sexuais, violência familiar, estupro de cônjuge, adultério, sedução e agravantes de penas, haja vista a postura assumida pelo deputado na reunião com a Bancada Feminina.

Há ainda um longo caminho a ser percorrido por estes 17 projetos de lei: no início do próximo mês o relator formulará seu parecer e apresentará à Subcomissão de Reforma do Código Penal, da Comissão de Constituição e Justiça (CCJR) da Câmara. Depois de ser aprovado pela Subcomissão, os projetos seguem para a apreciação do Plenário da CCJR. Só então, serão submetidos ao Plenário da Câmara, e depois devem seguir para o Senado Federal, onde outro processo longo de tramitação terá que ser cumprido.

### Crimes sexuais em fase final

No próximo mês, o Plenário do Senado deverá analisar o Projeto de Lei da Câmara nº 08/94, que reformula o Código Penal para desfazer a confusão legal quanto à penalização dos crimes sexuais contra menores de 14 anos. O substitutivo aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça revoga os parágrafos únicos dos artigos 213 (estupro) e 214 (atentado violento ao pudor) que atualmente condena os autores destes crimes, quando praticado contra menores de 14 anos, a pena menores do que quando praticados contra pessoas maiores desta idade. Com a aprovação do PL 08/94, estará resolvida a contradição ocasionada pela aprovação quase simultânea da Lei dos Crimes Hediondos e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

O projeto, que foi apresentado em 1991 pela ex-deputada Rose de Freitas (PSDB-ES), finalmente chega a sua fase final de tramitação no Congresso Nacional. Se for aprovada pelo Plenário do Senado, a matéria seguirá para a sanção do Presidente da República.

### Creche: Um direito a ser resguardado

A Constituição Brasileira, em seu artigo 7º, assegura aos filhos dos trabalhadores que estejam na faixa etária de 0 a 6 seis anos o atendimento em creches e pré-escolas. Para regulamentar este direito, preservando-o integralmente, o Deputado Paulo Rocha (PT-PA) apresentou um voto em separado ao projeto de lei nº 389/95, de autoria da Deputada Vanessa Fellipi (PSDB-RJ). A proposta da Deputada, embora obrigue todas as empresas que tenham mais de 30 trabalhadores - sejam eles homens ou mulheres - a oferecerem creches aos filhos dos seus funcionários, limita o direito às crianças que tenham até um ano de idade. O relator da proposta na Comissão de Trabalho

(CTASP), Deputado Sandro Mabel (PMDB-GO), apresentou um substitutivo restringindo ainda mais a abrangência do direito constitucionalmente previsto. Mabel propõe que os filhos dos homens só façam jus à creche se estiverem sob guarda do pai, comprovada judicialmente.

O PL 389/95 estava em pauta na Comissão de Trabalho mas foi retirado, à pedido da autora e do relator, que pretendem chegar a algum tipo de entendimento sobre a matéria. Ao que tudo indica, os deputados que integram a CTASP terão que decidir entre o parecer do relator e o voto em separado (uma espécie de parecer alternativo) do Deputado Paulo Rocha.

# Quando os vetos serão votados?

mulher/empres nº 172/173



Quando o Congresso votará os vetos do Presidente FHC ao projeto de lei que regulamenta o planejamento familiar? Eis aí uma pergunta que parece fácil, mas a prática demonstrou que é difícil acertar.

A primeira resposta apresentada veio logo no início de fevereiro e indicava que o Congresso decidiria sobre esta questão ainda durante a convocação extraordinária, nos meses de janeiro e fevereiro: errado.

Mas o tempo passou, a Bancada Feminina e várias organizações de mulheres estiveram com os Presidentes da Câmara e do Senado para agilizar a derrubada dos vetos e daí surgiu uma nova alternativa - não se sabia a data exata, mas seria antes do 8 de Março, de forma que as mulheres pudessem comemorar esta vitória no Dia Internacional da Mulher. Errado novamente; não houve sessão do Congresso para analisar vetos durante o mês de março.

Em abril, parecia que ia dar certo: mais do que uma data provável - o dia 10 - tinha-se outros indícios de que a sessão de fato ocorreria. No dia 8 a agenda do Congresso Nacional confirmava a sessão. No dia 9, mais um elemento levava a crer que daquela vez não tinha erro: havia sido divulgada e distribuída aos parlamentares a cédula de votação dos vetos presidenciais e o planejamento familiar estava lá, no quarto item.

Os gabinetes dos líderes partidários receberam inúmeros fax de organizações de mulheres solicitando a derrubada de todos os vetos. Todas as 39 parlamentares que compõem a Bancada Feminina assinaram uma carta dirigida aos demais senadores e deputados, solicitando a rejeição de todos os vetos do Presidente FHC ao projeto de lei (PL 209/91) que regulamenta o planejamento familiar. Tudo estava pronto para a sessão.

Mas, na manhã do dia 10, entretanto, surgiu um complicador: o Governo, que por várias vezes havia se pronunciado pela derrubada de todos os vetos ao PL 209/91 agora pretendia manter um deles - ao parágrafo único do artigo 14 - que assegurava só ser permitido às instituições de saúde realizarem a esterilização cirúrgica se oferecessem todos os métodos reversíveis de planejamento familiar. A orientação para manter o veto partiu do Ministério da Saúde, com o qual foram articulados vários contatos por outros órgãos governamentais e organismos não-governamentais afim de compreender as razões que levaram a mudança de posição e tentar fazer com que eles voltassem atrás e mantivessem a postura anterior. Antes que estas negociações fossem concluídas a sessão foi adiada, porque o Presidente do Congresso, Senador José Sarney, teve que se ausentar de Brasília, devido a morte de três deputados estaduais,

conterrâneos seus, num desastre de avião.

De qualquer forma, ficou acertada para a quarta-feira seguinte, dia 17, a nova sessão do Congresso Nacional que deliberaria sobre as mesmas questões. Durante toda a semana, seguiram-se as negociações com o Ministério da Saúde e com a Liderança do Governo, de modo que, no dia 17, o governo havia reconsiderado sua posição e orientou o seu Líder no Congresso, Deputado Germano Rigotto (PMDB-RS) para derrubar todos os vetos ao planejamento familiar, sem exceção. Novamente as organizações de mulheres encaminharam correspondências aos líderes partidários e a Bancada Feminina divulgou amplamente a carta que as deputadas e senadoras subscreveram com relação aos vetos. Uma nova cédula havia sido publicada para esta sessão, onde foram incluídos outros vetos, entre os quais um de interesse da polícia civil.

No horário marcado para a sessão, às 11 horas da manhã, cerca de 30% dos parlamentares estavam em Plenário, aguardando o início dos trabalhos, quando chegou o aviso de que a sessão estava cancelada. O motivo do novo adiamento era a falta de acordo em relação aos vetos da polícia civil: havia uma mobilização no Congresso, inclusive nos partidos que dão sustentação ao governo, para a derrubada dos vetos e o Governo decidiu não arriscar a por em votação sem um acordo prévio com as lideranças. Ainda não foi desta vez que conseguimos responder

E a pergunta inicial: quando os vetos serão derrubados? continua sem resposta. A expectativa é que o Congresso Nacional se reúna ainda no mês de maio para deliberar sobre esta questão, mas as previsões de trabalho indicam que isto não deverá ocorrer nas duas primeiras semanas.

## Implicações de gênero no abuso de drogas

O Programa das Nações Unidas para o Controle Internacional de Drogas (UNDCP) está promovendo um concurso de trabalhos sobre "Implicações de Gênero Relativas ao Abuso de Drogas". Os três primeiros colocados receberão prêmios no valor de US\$ 2.500, US\$ 1.500 e US\$ 1.000 dólares. Os principais tópicos a serem abordados no trabalho de pesquisa são as implicações de gênero relativas a estratégias de prevenção e tratamento; causas e conseqüências do abuso de drogas e a sua repercussão entre grupos de mulheres marginalizadas. Os trabalhos devem ser encaminhados ao UNDCP até o dia 15 de janeiro de 1997. Maiores informações podem ser obtidas com Giovanni Quaglia, Diretor da UNCPD, em Brasília: Esplanada dos Ministérios, Ministério da Justiça, Anexo I, 2º andar, CEP 70064-900 / telefone (061) 224-1423, fax: (061)224-6710, E-mail: bundcp@undcp.un.or.at.

### O seu Grupo quer receber mais Fêmeas?

Estamos estudando a possibilidade de ampliar a tiragem do FÊMEA - atualmente de 4.000 por mês - para atender aos vários pedidos de organizações de mulheres que querem receber sistematicamente um número maior de exemplares deste jornal.

Cada organização de mulheres tem recebido dois exemplares de cada edição. Se o seu grupo tem interesse em receber um número maior, por favor escreva para o CFEMEA dizendo quantos exemplares vocês necessitam. Com base nestas solicitações pretendemos definir a ampliação da tiragem do FÊMEA e estudar alternativas para atender a todos os pedidos que nos chegam.

Em princípio, a idéia que estamos amadurecendo é de ampliar um pouco o número de exemplares enviado para os grupos e, para atender as solicitações maiores cobrar um valor correspondente aos gastos de impressão e postagem.

Estamos esperando a sua resposta.

## O prenúncio da vitória

Uma semana antes, já era possível prenunciar a vitória obtida na Câmara. Por nove votos contra dois e uma abstenção, a Comissão Especial da PEC 25/95 rejeitou a proposta de emenda constitucional que proibiria a realização do aborto em qualquer hipótese, inclusive nos dois casos permitidos pelo Código Penal: risco de vida da gestante e gravidez resultante de estupro.

Na tarde do dia 16 de abril, logo no início da reunião da Comissão Especial que rejeitou a PEC 25/95, um olhar "geo-político" sobre a sala da Comissão já permitia vislumbrar os desdobramentos daquela sessão: ocupando a primeira fila de poltronas e na dianteira das articulações para barrar o retrocesso da PEC 25 estavam as deputadas Alcione Athayde (PPB-RJ), Ana Júlia Carepa (PT-PA), Laura Carneiro (PFL-RJ), Maria Valadão (PFL-GO), Marilu Guimarães (PFL-MS), Marta Suplicy (PT-SP) e Zulaiê Cobra (PSDB-SP).

Atrás vinham os homens: Deputados Adelson Salvador (PMDB-ES), Álvaro Gaudêncio (PFL/PTB), Augusto Farias (PPB-AL), Edinho Bez (PDT-SC), Giovanni Queiroz (PDT-SC), José Adelmir (PMDB-PB), e Nilton Baiano (PMDB-ES). No Plenário, à direita da Mesa - composta pelo Presidente da Comissão, Deputado Philemon Rodrigues e pelo relator Deputado Armando Abílio - estavam, lado a lado, os parlamentares Severino Cavalcanti (PPB-PE), autor da proposta, Salvador Zimbaldi (PSDB-SP) e Osmânio Pereira (PSDB-MG), que protagonizaram a defesa da PEC, finalmente derrotada.

Nas cadeiras reservadas aos observadores sentaram-se as representantes de organizações de mulheres e jornalistas que cobriam a reunião, e atrás destes, os fiéis da igreja carismática.

A Sessão que estava prevista para às 14:30 horas só teve início às 15 horas, com a apresentação dos votos em separado. O primeiro deles foi do próprio autor da PEC 25/95, o Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE), cuja leitura, por concessão do plenário, demorou quase uma hora. Em

seguida, corroborando os argumentos utilizados pelo parlamentar pernambucano, falou o Deputado Salvador Zimbaldi. E, finalmente, foi lido o voto em separado da Deputada Marta Suplicy, que apoiava o parecer do relator pela rejeição da proposta.

A armação para protelar a decisão era evidente: os parlamentares que defendiam a PEC queriam estender ao máximo as discussões de forma que às 16:30 horas - quando a sessão teria que ser interrompida por causa do início dos trabalhos no Plenário da Câmara dos Deputados - a votação ainda não tivesse ocorrido e, mais uma vez, se adiasse a deliberação.

Para superar o problema de tempo, todos os parlamentares inscritos para o debate, à exceção do Deputado Osmânio Pereira - suplente da Comissão, mas árduo defensor da PEC - abriram mão de suas intervenções para viabilizar a votação do parecer ainda naquela sessão. Várias parlamentares também se pronunciaram exigindo da Mesa a condução mais rigorosa dos trabalhos.

Mas às 16:30 horas, quando teve início a ordem do dia no Plenário da Câmara, ainda não havia sido encaminhada a votação e a presidência determinou a suspensão da sessão até que se encerrassem os trabalhos de Plenário. Uma hora depois, a reunião da Comissão foi retomada e às 18 horas foi proclamado o resultado da votação, sob os aplausos das mulheres que assistiam à reunião e dos parlamentares presentes, os nove votos favoráveis ao parecer do relator (e contra a PEC) foram dados pelas deputadas Alcione Athayde (PPB-RJ), Ana Júlia Carepa (PT-PA), Maria Valadão (PFL-GO), Marilu Guimarães (PFL-MS) Marta Suplicy (PT-SP) e Zulaiê Cobra (PSDB-SP), e deputados Álvaro Gaudêncio (PFL-PB), Armando Abílio (PMDB-PB) e Nilton Baiano (PPB-ES).

Os dois únicos votos contrários ao parecer e favoráveis à PEC foram dos Deputados Severino Cavalcanti (PPB-PE) e Salvador Zimbaldi (PSDB-SP). O Presidente da Comissão Philemon Rodrigues, como é de praxe, absteve-se.

# PEC 25 é derrotada po

*Por 351 votos contra 33 à favor e 16 abstenções o Plenário da Câmara dos Deputados rejeitou exatamente uma semana depois de ter sofrido*

*O autor da PEC 25, Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE), ainda escaldado com o placar obtido na Comissão (9 discussões). Em vão, todas as lideranças partidárias, a exceção do PPB (partido do autor) orientar*

*Nove parlamentares debateram a questão: sete posicionaram-se contra*

*Concluída a discussão, o Presidente da Câmara, Luís Eduardo Magalhães, chamou as lideranças partidárias para e bancadas para votarem NÃO à PEC 25. Somente o PPB, em c*



Dep. Humberto Costa (PT-PE)

O primeiro a se pronunciar no Plenário foi o Deputado Humberto Costa (PT-PE), que destacou a importância da decisão que em poucos minutos seria tomada pela Câmara dos Deputados: "Esta Casa tem a oportunidade de dizer se quer que a Constituição brasileira continue permitindo, ainda que de forma limitada, algumas situações em que a mulher pode valer-se do direito de decidir se quer ou não ter um filho ou de voltar à Idade Média, de retroceder no tempo, condenando milhares de mulheres brasileiras ao aborto clandestino, mais do que já acontece hoje".



Dep. Laura Carneiro (BL-PFL/RJ)

A Deputada e meio sofrida saberia dizer se abortar cascadas de qualquer maneira afirmou. Em seguida disse que essa é a decisão que é, proveja decidindo o Carneiro.

"O aborto é a terceira causa de mortalidade materna no Brasil", lembrou a Deputada Jandira Feghali (PC do B-RJ), alertando para o fato de que se trata, efetivamente, de um problema de saúde pública. Para a parlamentar carioca, a aprovação desta emenda constitucional certamente viria a agravar ainda mais o quadro tão terrível de saúde da mulher brasileira, intensificando as taxas de mortalidade, e inviabilizando qualquer avanço na busca de soluções na esfera da saúde.



Dep. Jandira Feghali (PC do B-RJ)

Em nome do PMDB, falou a Deputada Elvira (PMDB-MG), que conclamou os correligionários para votarem contra a PEC 25. Enfática, a parlamentar disse nunca poder votar na Câmara dos Deputados, representando o povo brasileiro - composto de 53% de mulheres - aprovando uma proposta como esta, "que causa profunda dor em nós que, historicamente, lutamos pelos direitos das mulheres".

## Frances Kissling, uma católica à favor do aborto, estará na Câmara

No próximo dia 9 de maio, Francis Kissling, Presidente do Grupo de Católicas pelo Direito de Decidir, dos Estados Unidos, estará na Câmara dos Deputados, discutindo "O Vaticano, o catolicismo e a política de saúde reprodutiva: uma perspectiva internacional" com os parlamentares, organizações de mulheres e da sociedade civil.

Ela é uma das mais controversas líderes católicas contemporâneas. Como bem expressou Carmem Barroso, "Frances é energia pura e ousadia encarnada, que dedica sua vida ao direito ético de todas as mulheres à contracepção e ao aborto seguro. "Reconheço o valor da vida fetal, mas isto não significa que este valor seja absoluto ou superior ao da vida de uma mulher adulta. O aborto não é uma decisão fácil. Há considerações morais. Mas há mais razões pelas quais o aborto é justificado. Se a Igreja aprova que se mate em legítima defesa da pátria, da liberdade ou do capitalismo, porque uma mulher não pode tirar a vida de um feto, em defesa da sua integridade física e de sua felicidade?" questiona Kissling.

A Presidente do Grupo Católicas pelo Direito de Decidir frequentou os melhores colégios católicos, nunca perdeu uma missa e desde os nove anos quis ser freira. Mas a menina fazia perguntas demais e acabou sendo expulsa do convento. "Pior para a igreja - avalia Carmem Barroso - que perdeu uma pessoa de extraordinária coragem e múltiplos talentos.

Os parlamentares, semanas antes de se pronunciarem com relação aos vetos do Presidente da República ao projeto de lei que trata do planejamento familiar, e poucos dias depois de terem rejeitado no Plenário da Câmara a Proposta de Emenda Constitucional que pretendia proibir o aborto em todas as hipóteses e ainda tendo pela frente a discussão de 7 projetos de lei que tratam do aborto, terão uma nova oportunidade de debater os direitos reprodutivos das mulheres com uma das vozes mais eloquentes e mais capazes da igreja católica neste campo.

O debate com Frances Kissling no Congresso Nacional está sendo patrocinado pelo Grupo Católicas pelo Direito de Decidir, e promovido pelo Gabinete da Deputada Jandira Feghali (PC do B-RJ) - relatora dos 6 projetos de lei que estão tramitando na Câmara sobre o aborto - e pelo CFEMEA.



Dep. Armando Abílio (PMDB-PB)

A Deputada Marta Suplicy (PT-S) entrevistou em nome do Partido dos Trabalhadores lembrou que o Brasil atualmente está no topo de 25% de países que têm legislações restritivas rígidas sobre o aborto, e que esta PEC nos levaria a um retrocesso ainda maior. "Não podemos admitir que convicções religiosas ou ideológicas determinem a mudança de uma lei, adquirida muito tempo e até hoje não regulamentada", afirmou. Ela é contra essa emenda à Constituição e encaminhou o seu voto favorável ao parecer do relatório concluiu a parlamentar.

# Por 351 votos contra 33

...itou a PEC 25/95, contra o aborto. A matéria foi incluída na ordem do dia da Câmara em 23 de abril, numa derrota fragorosa na Comissão Especial.

...parlamentares votaram contra a PEC e apenas 2 a favor), apresentou um requerimento ao Plenário da Câmara para adiar a PEC com suas bancadas para votarem contra o pedido de Severino, que foi rejeitado por ampla maioria.

...a PEC e 2 a favor - o próprio autor e o Deputado Salvador Zimbaldi (PSDB-SP).

...encaminharem a votação. Os líderes do PC do B, PDT, o bloco PFL-PTB, PMDB, PPS, PSB, PSDB, PT e PV orientaram suas consideração ao autor da proposta, deixou a questão em aberto.

...da Laura Carneiro (PFL-RJ), que há um mês teve um aborto espontâneo, disse que não se arrepia naquele momento se teria coragem de abortar se fosse estuprada, "mas tenho certeza que a mulher tem o direito de fazer essa opção", e em seu pronunciamento, a parlamentar carioca esperava que o PFL "como partido moderno abraça isso no voto", rejeitando a PEC 25. "Estamos pensando no futuro da mulher brasileira" concluiu Laura

...putada Maria Elvira aos seus colegas do C. De forma a aceitar que a mulher brasileira tivesse uma dignidade e direitos das



Dep. Maria Elvira (PMDB-RJ)

...relator da proposta de emenda constitucional, o médico e Deputado Armando Abílio (PMDB-PB), confessou ao Plenário sua formação católica - por oito anos ele foi parlamentarista -, mas apesar disso, afirmou ter orgulho de votar pela rejeição da PEC. Para Armando Abílio, a proposta do deputado Severino Cavalcanti fere os acordos em âmbito nacional, obstaculiza e destrói conquistas que as mulheres obtiveram há 55 anos.

...), que os autores, por dos motivos e levaria a demonstrar a vida há 55 anos. O PT meu "ator"



Dep. Marta Suplicy (PT-RJ)

## A Força do Movimento de Mulheres



Às 18:20 horas do dia 23 de abril, encerrou-se a votação nominal: dos 400 parlamentares presentes à sessão, 87,81% votaram contra a PEC; apenas 8,31% a favor, e 4% abstiveram-se. Um resultado bastante positivo, obtido com muito esforço e mobilização do movimento de mulheres ao nível nacional. Desde outubro do ano passado, até a rejeição da PEC pelo Plenário, as mulheres estiveram mobilizadas e articuladas contra esta proposta. A Campanha pela Vida das Mulheres - Nenhum Direito a Menos!, coordenada pela Rede Nacional Feminista de Saúde e

Direitos Reprodutivos, integrou várias organizações de mulheres de todo o país, que enfrentaram esta guerra com todo afincamento e agora podem desfrutar dos seus louros.



Dep. José Genoíno (PT-SP)

Defendendo a pluralidade e a democracia, o Deputado José Genoíno (PT-SP) partiu da constatação de que o aborto é uma questão polêmica, que divide a humanidade, e centrou seus argumentos contra a PEC no combate à visão totalitária desta proposta de emenda constitucional, que desconsiderando esta realidade pretende fazer valer, através da Constituição, uma única visão de mundo.

## A Defesa da PEC

O Deputado Salvador Zimbaldi (PSDB-SP), defendeu a PEC com um discurso contraditório, afirmando que o texto constitucional como estava já garantia o direito a vida desde a concepção e invalidava o Código Penal no que se refere aos permissivos legais ao aborto. Zimbaldi disse que a decisão que a Câmara estava por tomar não dizia respeito às leis dos homens, mas sim à lei de Deus e pediu aos partidos que liberassem suas bancadas para votarem como quisessem.

A intervenção do Deputado Severino Cavalcanti, diante da orientação de seu próprio partido, o PSDB, para que se votasse contra a PEC, e frente à iminente derrota, foi só apelação: "Tenho certeza, Sr. Presidente, de que a sanha de que estão imbuídas as feministas faz com que defendam esse crime, a coisa mais horrorosa que podemos admitir...". Desconsolado Cavalcanti disse: "Só tenho de chorar", e concluiu o seu pronunciamento avisando que apresentará uma nova proposta de emenda constitucional com o mesmo teor.

# Articulação realiza encontro nacional

*A Articulação de Mulheres Brasileiras vai continuar, agora objetivando a implementação de Beijing '95 e indo além dos limites estabelecidos pela Plataforma de Ação. Objetivos diferentes exigiram uma estruturação diferente. Nos três dias do Encontro Nacional da Articulação, realizado em Brasília, as representantes de 12 fóruns/articulações estaduais discutiram e definiram quais são os papéis que a Articulação deve desempenhar daqui para frente, que ações deve desenvolver e priorizar, e que nova estrutura atenderia a esta demanda.*

Doze fóruns estaduais (AL, BA, CE, DF, ES, GO, MT, MS, PA, PE, RJ e SP) participaram da reunião, sendo que 3 - do Espírito Santo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul - na condição de observadores, já que não tinham delegação de seus estados para deliberar sobre os assuntos em pauta. Tendo em vista a absoluta falta de recursos para o transporte, hospedagem e alimentação das pessoas durante o Encontro, a reunião foi considerada bastante representativa.

A avaliação positiva dos fóruns/articulações estaduais sobre a repercussão e os resultados do trabalho desenvolvido ao longo destes dois anos meio deixou evidente o consenso quanto a continuidade a Articulação. Partindo daí, teve início uma discussão longa, mas também bastante proveitosa sobre quais papéis esta Articulação deveria desempenhar de agora em diante.

Um princípio norteou todas as decisões: o respeito a autonomia e a diversidade do movimento de mulheres, a partir do quê serão desenvolvidas as ações de acompanhamento e monitoramento da Plataforma de Ação. Em linhas gerais, ficou definido que a Articulação deve objetivar o fortalecimento do movimento, potencializando a ação política das mulheres, enquanto sujeitos na construção de nossa cidadania. A socialização e democratização das informações foram entendidas como fundamentais para que se alcance estes objetivos. Também viu-se que é papel da articulação definir e aglutinar as ações coordenadas do

movimento e, para tanto, constatou-se a necessidade de se estreitar as relações com as redes feministas.

**Comitê Nacional foi mantido e ampliado** - Em coerência com estas definições, foi concebida a nova estrutura: o Comitê Nacional foi ampliado e permanece sendo a instância soberana de deliberação da Articulação que terá, pelo menos, uma reunião anual. Ele agora será

## *Um princípio norteou todas as decisões: o respeito à autonomia e à diversidade do movimento*

constituído por, no mínimo, duas representantes de cada Fórum/Articulação Estadual, também em regime de rodízio, e mais duas representantes das redes que vierem a se integrar a Articulação Nacional, conforme deliberação do Comitê.

Decidiu-se convidar a Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos para compor, desde já, a Articulação. As propostas de integração de outras redes serão discutidas na próxima reunião do Comitê, prevista para novembro deste ano, mas alguns critérios já foram delimitados: deverão ser redes de mulheres, de âmbito nacional, e atuantes em qualquer uma das áreas contempladas na Plataforma de Ação de Beijing '95.

**Grupos discutirão eixos temáticos** - O Encontro também definiu eixos

temáticos sobre os quais a Articulação deveria trabalhar: 1) Saúde, 2) Violência, 3) Poder, 4) Educação, 5) Autonomia Econômica, Trabalho e Pobreza, e 6) Raça e Etnia. Para elaborar uma proposta de trabalho em relação a cada um destes eixos temáticos foram definidos 6 Grupos de Trabalho, compostos por ONG's/Fóruns Estaduais/Grupos de mulheres. Até setembro, eles devem ter uma proposta com relação a cada tema, de forma a divulgá-la para a discussão pelos vários Fóruns Estaduais antes da Reunião do Comitê Nacional, em novembro, que deverá deliberar sobre as diferentes propostas apresentadas.

Os próprios grupos definirão as formas mais viáveis e adequadas de realizar conjuntamente esta tarefa: reuniões, cartas, correio eletrônico, o que for... (veja box pag. 10)

### **GT Raça e Etnia se reunirá no Rio**

O GT Raça e Etnia já tem uma reunião marcada para os dias 27 e 28 de julho, no Rio de Janeiro. Elas pedem aos grupos de mulheres - em especial os de negras e indígenas, mas não exclusivamente - que se articulem e apresentem suas idéias e demandas. "Temos uma oportunidade rica em que nós mulheres negras e indígenas podemos definir nossas propostas de ação para os próximos dois anos", afirmou Cristina Guimarães, do Coletivo de Mulheres Negras, de Brasília.

Para obter maiores informações a este respeito, basta entrar em contato com uma das integrantes do GT.

# Prioridades: Poder Saúde e Combate à Violência

Também foram definidas algumas ações/campanhas que precisam ser encaminhadas neste ano pela Articulação de Mulheres Brasileiras, e para cada uma delas foi designado um Ponto Focal, encarregado da coordenação e execução das atividades específicas da área, neste ano de 1996.

**Violência** - No caso da violência contra a mulher, viu-se que é urgente o aprofundamento das discussões e a tomada de posição do movimento com relação à Reforma do Código Penal, que sob vários aspectos diz respeito diretamente aos nossos direitos. Neste sentido, concluiu-se pela realização de uma mobilização nacional no dia 25 de novembro - data latino-americana de combate à violência contra a mulher, tendo como eixo a Reforma do Código Penal. O Fórum de Mulheres do Ceará foi designado como Ponto Focal para levar à efeito estas duas ações. Contatos com Lilian (085)254-5602

Ainda na área da violência, o Comitê Nacional recomendou a todos os Fóruns/Articulações Estaduais que integrem-se à *Campanha Nacional contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes*.

**Poder** - O Comitê Nacional também definiu que a Articulação deve integrar-se à *Campanha Mulheres Sem Medo do Poder*, desencadeada ao final do ano passado depois que foi aprovada a Lei que estabelece a quota de 20% para as candidaturas de mulheres nas eleições municipais. A Campanha, já em curso, tem vários seminários previstos para orientação das candidatas e também está produzindo material educativo para dar sustentação/capacitação a estas mulheres. O Fórum de Mulheres de São Paulo ficou de definir algumas organizações de mulheres daquele estado que ficarão como Ponto Focal da Articulação nesta campanha. Contatos com Vera Soares (011) 212-3694.

**Saúde** - Na área de saúde e direitos reprodutivos, o Comitê Nacional definiu que a Articulação se integrará à Campanha da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos (RNFSDR) pelo atendimento dos casos de aborto legal na rede pública de saúde, bem como às ações desenvolvidas para

a implementação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher. A Articulação de Mulheres de Goiás é o Ponto Focal da Articulação Nacional para esta campanha, contando com o apoio do Rio de Janeiro nesta tarefa. Elas ficaram encarregadas de fazer os contatos com a RNFSDR com este objetivo. Contatos com Rurany (062) 223-3817.

**Encontro Feminista** - O tão esperado XII Encontro Nacional Feminista, que tem enfrentado inúmeras dificuldades para se realizar, também foi destacado como uma das ações prioritárias nas quais a Articulação Nacional deveria envolver-se. O Fórum de Mulheres do Pará - estado que segundo a deliberação do XI Encontro Feminista sediará o próximo - ficou como Ponto Focal da Articulação para esta questão. Contatos com Eunice Guedes (091) 211-1448.

**Comunicação** - A disseminação de informação sobre as atividades desenvolvidas pela Articulação será feita através do FÊMEA. O Comitê Nacional avaliou que o FÊMEA desempenhou um papel bastante importante na democratização das informações sobre todo o processo preparatório da Conferência de Beijing'95 e decidiu manter o movimento informado através deste veículo. Os diferentes pontos focais, bem como os Grupo de Trabalho encarregados da discussão com relação aos eixos temáticos repassarão informes sobre suas atividades para o CFEMEA, que os divulgará mensalmente neste jornal. O CFEMEA, portanto, foi designado como Ponto Focal da Articulação na área de comunicação.

**Sede** - A próxima reunião do Comitê Nacional da Articulação, como já dissemos anteriormente, se realizará em novembro deste ano. O Fórum de Mulheres de Pernambuco ficou encarregado de organizá-la, e também de ser a sede da Executiva, a quem os diferentes fóruns ou pessoas podem recorrer. Atualmente, o Fórum de Mulheres de Pernambuco está funcionando no Curumin (endereço: Rua São Félix, 70, Campo Grande, CEP 50060-020 - Recife/ PE. Tel e Fax:081-427-2023).

## AGENDA ARTICULAÇÃO - 1996

**Maior:** Reunião da Executiva Nacional da Articulação de Mulheres Brasileiras, em Recife, PE

**Setembro:** Apresentação e divulgação das propostas de trabalho em cima de cada eixo temático, elaboradas pelos GT's

**Novembro:** Reunião do Comitê Nacional da Articulação de Mulheres Brasileiras, em Recife, PE.

**25 de Novembro:** Mobilização nacional no Dia de Combate à Violência contra a Mulher.

## Responsabilidade e poder compartilhados: Executiva Nacional descentralizada

O Comitê Nacional, depois de muita discussão, chegou a um consenso com relação à necessidade de se ter uma Executiva Nacional descentralizada, que atendesse ao mesmo tempo os critérios de competência para o desenvolvimento das tarefas que lhes foram delegadas e que permitisse a representação das diferentes regiões do país. Outro aspecto considerado fundamental na composição da Executiva foi garantir, apesar da descentralização, a existência de um ponto de referência ao qual as pessoas/grupos/ organizações/ fóruns possam se dirigir.

Desta maneira, a Executiva Nacional foi composta a partir dos eixos de ação definidos e é constituída pelos seis

pontos focais: 1) Fórum de Mulheres do Ceará (violência); 2) organizações a serem definidas pelo Fórum de Mulheres para a Avaliação da Década, de São Paulo (poder); 3) Articulação de Mulheres de Goiás (saúde); 4) Articulação de Mulheres do Pará (XII Encontro Nacional Feminista); 5) CFEMEA, de Brasília (comunicação); Fórum de Mulheres do Pernambuco (sede e próxima reunião do Comitê Nacional da Articulação).

A redação do relatório completo da reunião do Comitê Nacional ficou ao cargo de Eunice Guedes, da Articulação de Mulheres do Pará, e deverá estar pronto até o dia 15 de maio, quando será remetido aos fóruns/articulações estaduais.

# Palmas Prá Elas



Shuma Schumacher

Os fóruns estaduais presentes ao Encontro Nacional, através de Rurany, de Goiás, agradeceram às sete mulheres do Rio de Janeiro que compuseram à Secretaria Executiva da Articulação de Mulheres Brasileiras - Hildézia, Martinha, Madalena, Maria Rita, Santinha, Shuma e Vânia, por todo o empenho, o comprometimento, a eficiência e o carinho com que conduziram durante estes mais de dois anos o trabalho enlouquecedor e, ao mesmo tempo,

envolvente e desafiador de articulação nacional. Um trabalho realizado sem nenhuma remuneração, que várias vezes tomou quase todas as horas do dia e muitas vezes roubou as noites, com suas horas preciosas de sono, em reuniões e atividades sistemáticas que nutriram a usina da articulação nacional.

Ao encerrarem seu trabalho à frente da Executiva, as três integrantes da Secretaria presentes - Hildézia, Santinha e Shuma - compartilharam com as demais participantes do



Santinha Tavares



Hildézia Medeiros

Encontro as suas percepções com relação à riqueza da experiência que viveram, e também do stress acumulado ao longo deste percurso. E concluindo, apresentaram ao Comitê Nacional, uma prestação de contas dos recursos que a Articulação recebeu para o seu funcionamento.

## As dez do ano

Como já é de costume, o Conselho Nacional de Mulheres do Brasil, homenageou às 10 mulheres do ano. A cerimônia, realizada no último dia 30 de abril, no Rio Palace Hotel, foi presidida por Romy Medeiros da Fonseca, Presidente do CNMB, e contou com a participação de aproximadamente 500 mulheres. Pelo movimento feminista, a homenageada foi Gilda Cabral, que representou o CFEMEA - é o reconhecimento do trabalho que realizamos neste último ano, o que sem dúvida, muito nos honrou. Também foram homenageadas: nos esportes, Fernanda Keller; na cultura, Helena Severo; na política Iraci Cassiano Soares (Prefeita Indígena da Paraíba); por serviços à comunidade, Leonor Franco; na moda, Lucília Lopes; nas artes, Marieta Severo, na diplomacia (EUA) Nadia Tongour; na magistratura, Salette Maccaloz; no empresariado Zilda Sauer. Também prestou-se uma homenagem especial ao Centenário da Imigração Japonesa, na pessoa de Yasco Arakawa, da área de ciências.

### COMPOSIÇÃO DOS GT'S POR EIXO TEMÁTICO

GRUPOS	CONTATO	TELEFONE
<b>Saúde</b>		
Articulação de Mulheres de GO	Rurany	(062) 223-3817
Fórum de Mulheres de PE	Suely	(081)427-2023
Centro da Mulher Brasileira (RJ)	Santinha	(021)245-4629
<b>Violência</b>		
Fórum de Mulheres de Salvador (BA)	Carmem	(071)235-8068
Fórum de Mulheres do RN	Analba	(084)221-4711
Fórum de Mulheres do CE	Lila	(085)234-0988
Articulação de Mulheres do ES	Ivone	(027)322-4966
Fórum de Mulheres do PA	Nilde	(091)211-1448
<b>Trabalho, Autonomia Econômica da Mulher e Pobreza</b>		
ELAS- Elizabeth Lobo Assessoria (SP)	Vera Soares	(011)211-8403
CFEMEA (DF)	Guacira	(061)225-2336
CACES (RJ)	Hildézia	(021)262-6490
Fórum de Mulheres do PA	Eunice	(092)211-1448
<b>Poder</b>		
CFEMEA (DF)	Guacira	(061)225-2336
Redeh (RJ)	Shuma	(021)262-1704
ELAS (SP)	Vera	(011)211-8403
REPEM (RJ)	Hildézia	(021)262-6490
Fórum de Mulheres do CE	Lília	(085)221-6621
Fórum de Mulheres de AL	Neide	(082)223-2132
Articulação de Mulheres do RJ	Joana	(021)322-3356
<b>Educação</b>		
REPEM (RJ)	Hildézia	(021)262-6490
Fórum de Mulheres de Salvador (BA)	Maria José	(071)370-7283
União Brasileira de Mulheres (DF)	Kátia	061)348-8701
<b>Raça e Etnia</b>		
Fórum de Mulheres de Salvador (BA)	Carmem e Vilma	(071)235-8068
Fórum de Mulheres de Brasília	Cristina	(061)234-9974
Articulação de Mulheres do RJ	Joana	(021)322-3356
Redeh (RJ)	Shuma	021)262-1704
Fórum de Mulheres de AL	Vanda	(082) 221-7608
ELAS (SP)	Vera Soares	(011)211-8403

# Câmara realizará Seminário sobre Ações Afirmativas

*A Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público e a Comissão de Finanças e Tributação, ambas da Câmara dos Deputados, promovem, no dia 13 de junho, o Seminário A Mulher no Mundo do Trabalho - Em Busca da Igualdade, que tratará de políticas de ações afirmativas no mercado de trabalho. O Seminário reunirá parlamentares, organizações dos movimentos de mulheres, entidades sindicais e centrais de trabalhadores, além de empresários.*

*Nesta mesma oportunidade, o CFEMEA estará lançando uma nova publicação: Discriminação Positiva - Em Busca da Igualdade. O livro, que pretende subsidiar o debate sobre esta questão, contém um levantamento sobre as ações afirmativas levadas à efeito em vários países americanos, europeus e asiáticos; uma análise crítica das políticas de ações afirmativas e do possível impacto econômico-financeiro, no Brasil, de ações deste tipo que viessem a implicar na concessão de incentivos fiscais, e finalmente, um estudo sobre a condição da mulher brasileira no mercado de trabalho.*

## Indefinição deixa projetos na espera

Atualmente, tramitam na Câmara dos Deputados 4 projetos de lei que pretendem regulamentar o artigo 7º, inciso XX da Constituição, que trata dos incentivos específicos para o mercado de trabalho da mulher. Dois deles foram apresentados em 1989, outros dois em 1991, e o último no ano passado.

O primeiro projeto (PL 2.417/89) apresentado sobre esta questão é de autoria da Deputada Rita Camata (PMDB-ES), e trata da concessão de incentivos fiscais às pessoas jurídicas, estimulando a contratação, treinamento e qualificação profissional da mão-de-obra feminina. Apesar de já ter transcorrido 7 anos, até agora o projeto só foi analisado pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, e ainda tem que ser apreciado pela Comissão de Finanças e Tributação, e de Constituição e Justiça, para então ser submetido ao Plenário da Câmara e só depois seguir para o Senado.

Os outros três projetos - todos eles dispendo sobre o acesso da mulher ao mercado de trabalho, proibindo as discriminações e instituindo uma política de igualdade de oportunidades - também não conseguiram encerrar a sua tramitação nas Casas Legislativas às quais foram apresentados: o PLS 147/95, de autoria do Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL), continua no Senado. E os outros dois, dos Deputados Paulo Paim (PT-RS) e Rita Camata - respectivamente PL 3520/89 e PL 382/91 - ainda não saíram da Câmara. Este último, o PL 382/91, está a um passo do Senado. O projeto foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e, agora, aguarda a aprovação da redação final, também pela CCJR, para que então seja remetido ao Senado.

## Parlamentares debatem o tema

É objetivo do Seminário, além de aprofundar a discussão, esclarecer o que são exatamente e quais os resultados que podem ser obtidos a partir da implementação de ações afirmativas (discriminação positiva ou medidas positivas), dissolvendo a confusão que contrapõe discriminação positiva ao princípio da igualdade de direitos entre os sexos. A iniciativa das Comissões da Câmara tem o apoio do CFEMEA, ELAS - Elizabeth Lobo Assessoria Trabalho e Políticas Públicas e ILDEFES - Instituto Latinoamericano de Desenvolvimento Econômico e Social - Fundação Friedeich Ebert.

Como se sabe, a Constituição promulgada em 1988 prevê "a proteção

ao mercado de trabalho da mulher mediante incentivos específicos" e desde então algumas iniciativas legislativas foram tomadas para regulamentar este dispositivo, mas não avançaram muito devido, em parte, à falta de esclarecimento dos parlamentares. A pesquisa de opinião, realizada pelo CFEMEA no final do ano passado, não deixou dúvidas a este respeito: nada menos que 19,4% dos congressistas afirmaram não ter opinião formada sobre a adoção de medidas afirmativas para superar as desigualdades entre mulheres e homens ao nível do mercado de trabalho. Houve também um grande número de parlamentares que não respondeu a esta pergunta: 14,7%, confirmando a necessidade deste debate.

## Medida positivas: Uma recomendação de Beijing '95

A adoção de ações afirmativas insere-se nos contextos de regulamentação dos direitos constitucionais da mulher e de implementação das decisões da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, que também reconheceu a sua importância para eliminar a segregação da mulher no emprego.

Consta da Plataforma de Ação de Beijing '95 a recomendação aos governos para que promulguem e façam cumprir leis que garantam a igualdade de oportunidades, adotem medidas positivas e assegurem seu cumprimento nos setores público e privado por distintos meios (parágrafo 167, alínea "p"). Fomentar políticas e medidas a partir de uma perspectiva de

gênero, criando assim condições para que a mulher possa participar em pé de igualdade com o homem nos campos técnico, administrativo e empresarial é outro aspecto destacado na Plataforma (parágrafo 167, alínea "r").

Não só os governos, mas também os empregadores, empregados, sindicatos e organizações de mulheres foram convocados para este esforço por Beijing '95 que recomenda a todos estes setores que levem à cabo iniciativas para superar a discriminação sistêmica contra as mulheres no mercado de trabalho, através da aplicação e supervisão de programas de emprego equitativo e de ação positiva nos setores público e privado (parágrafo 180, alínea "f").

# A C O N T E C E



"Fui estuprada e engravidei aos 17 anos.  
O apoio que recebi, naquele momento,  
de meu namorado, minha família e de minhas amigas  
foi fundamental para que eu buscasse  
o direito de fazer um aborto legal.

**Não consegui.**  
Tive que recorrer à clandestinidade.

**Por quê?"**

Regina M. (Agente de Saúde / PE)

## ABORTO

Em casos de estupro ou risco de vida para a mulher

O Código Penal garante  
A sociedade exige  
O serviço de saúde deve oferecer



ANAP DO BRASIL

## FHC cria grupo para eliminar discriminação

Saiu no Diário Oficial da União do dia 21 de março o decreto presidencial que cria, no âmbito do Ministério do Trabalho, o Grupo de Trabalho para a Eliminação da Discriminação no Emprego e na Ocupação - GTEDEO, com a finalidade de definir um programa de ações com este objetivo. Ao grupo caberá a definição de ações de combate à discriminação e o estabelecimento de um cronograma para a sua execução; bem como a proposição de estratégias para a sua implementação e de medidas normativas que se façam necessárias a implantação das ações programadas. Comporão este Grupo representantes dos Ministérios do Trabalho, Justiça, Saúde, Educação e Relações Exteriores, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Fundação Palmares, Ministério Público do Trabalho, da CUT, Força Sindical, CGT, e das Confederações Nacionais da Indústria, do Comércio, dos Transportes, da Agricultura e das Instituições Financeiras.

## Parabéns Cunhã!

Cunhã é uma palavra tupi que significa mulher, é também a denominação nativa de uma flor conhecida cientificamente por Clitoria fairchildiana, e deu nome a um grupo de mulheres paraibana que trabalha nas áreas de saúde e sexualidade, formação e comunicação. Neste ano, o Cunhã está comemorando o seu 5º aniversário. Os nossos aplausos para este projeto político audacioso de transformação da sociedade pela crítica às relações de gênero, levado à frente pelas mulheres cheias de graça e garra do Cunhã.

## Retificamos

A Coordenação da Rede Latino-Americana contra a Violência Doméstica e Sexual no Brasil é exercida por duas coordenadoras e não apenas uma como anunciamos na edição de fevereiro do FÊMEA. Coordenam a regional brasileira da Rede Valquíria Alencar, do Centro da Mulher 8 de Março e Alzira Rufino, da Casa de Cultura da Mulher Negra, onde esta sediada a Secretaria Executiva da Rede. Quem quiser manter contato com a Rede pode dirigir-se à Valquíria, no Centro da Mulher 8 de Março: Rua Eurípedes Tavares, 289, João Pessoa, PB, CEP 58013-290/Telefax (083-221-6723; ou à Alzira, na Secretaria Executiva: Casa de Cultura da Mulher Negra, Rua Professor Primo Ferreira, 22, CEP 11045-150, Santos, SP - Telefone (0132)34-9976.

## Aborto, Cidadania e Justiça Social

Este é o título do Seminário Nacional que a Rede de Saúde e Direitos Reprodutivos estará realizando nos dias 13 e 14 de maio, em São Paulo. O objetivo do encontro é examinar sob vários ângulos o debate sobre o direito ao aborto no país, considerando as formulações e reivindicações feministas, o Legislativo, o Executivo, a mídia, os profissionais das áreas de saúde e de justiça.

Com este Seminário, a Rede pretende propiciar um espaço de interlocução bem como incentivar a formação de alianças estratégicas entre os diversos atores políticos e sociais envolvidos no debate sobre saúde da mulher e direitos reprodutivos, tendo como perspectiva a despenalização do aborto no Brasil.

Participarão do Seminário representantes de órgãos do governo federal, associações atuantes na área de saúde, departamentos de saúde das centrais sindicais, parlamentares, juristas, jornalistas e profissionais da área de saúde, além de ativistas e pesquisadoras feministas.

CFE/ME - Centro Feminista de Estudos e Assessoria  
SCN Qd. 06 Bl. A S/602 - Ed. Venâncio 3000  
70718-900 - Brasília

**Fêmea**  
**IMPRESSO**